

3 **ATA DA 4ª REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM**
4 **DEFICIÊNCIA- CMPCD, GESTÃO 2023/2025, EM 23 DE ABRIL DE 2024.** Aos vinte e três
5 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 08h30, na Secretaria Municipal de Ação Social,
6 situada à Avenida Champagnat, número mil setecentos e cinquenta, Franca, São Paulo, reuniram-se
7 os membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência- CMPCD, para a 4ª. Reunião
8 Ampliada deste Conselho. A Conselheira e Presidente Sandra deu início à Reunião, cumprimentou a
9 todos/as e solicitou à Secretária Executiva Mariângela o **1 – EXPEDIENTE DA REUNIÃO: 1.1.**
10 **Registro das presenças: Conselheiros Titulares:** Cristina, Vitor, Karla Regina, Poliana e Tina.
11 **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Sandra, Patricia e Rosária. **Conselheiros Suplentes:**
12 Luciano, Ana Paula e Flávia. **Convidados:** Luciano (EMDEF), Reginaldo Reis (Empresa São José),
13 Julia Mariana (APADA), Genecy (APADA) Heloisa (Escola Helena Cury), Davi Valerio (Escola
14 Helena Cury), Tiago Marcelino (Escola Helena Cury), Heloisa F (Caminhar), Eliete (Caminhar),
15 Anderson (APAE), Gustavo (APAE), Geovana (APAE), Glauci (APAAF), Miriã Cristina (ADEFI),
16 Mirna Santos (ADEFI), Ana Cláudia (ADEFI), Maria Regina (CEI), Sônia Monteiro (ADEFI),
17 Maria Aparecida (APADA), Isabel Figueiredo (Prefeitura), Aline Alves (Sociedade dos Cegos),
18 Alessandra da Silva (Sociedade dos Cegos), Luciana Braga da Silva (Caminhar), e outros cujos
19 nomes e assinaturas estão ilegíveis na lista de presença. **1.2.2. Registro das ausências:**
20 **justificadas:** Gisele, Cláudia, Karla, José Mauro, Samuel, Fernando, Talita, Ana Paula, Natália
21 Braganholo, Natália Amaral, Camila, Angélica e Cristiany. **Injustificadas:** Eliana, Edison, Maria
22 Danúzia, Roberto, Matheus, Andreia Faria, Thamires, Fabiana, Alex, Carlos, Sylvio e Guilherme.
23 Foi realizada a leitura nominal dos participantes e respectivas representações. **3 - Aprovação da**
24 **pauta:** com os Assuntos e Informes, que foi aprovada pelos presentes. **Assuntos: 2.1. Discussão**
25 **das demandas e dificuldades enfrentadas pelas Pessoas com Deficiência, em relação ao**
26 **Transporte Público Municipal, por meio dos Ônibus do Transporte Coletivo e das Vans**
27 **Adaptadas, com a presença da EMDEF – Sr. Luciano e da Empresa São José – Sr. Delismar;**
28 A Presidente Sandra introduziu o assunto, elencando as demandas que chegaram até o Conselho
29 sobre o Transporte Coletivo Urbano, como horários, quantidade dos ônibus nas linhas, linhas que a
30 partir das 19h00 não transitam mais, insegurança dentro dos coletivos e também no terminal Ayrton
31 Senna, no período noturno, dificuldade dos motoristas no atendimento, tratamento e
32 operacionalização do elevador e também sobre a limpeza e organização de alguns coletivos. A
33 convidada Juliana, eleita delegada municipal, estadual e nacional, elencou que ainda está em
34 período de adaptação, e que já foi concedido a ela o cartão de transporte, mas que ela ainda precisa
35 de acompanhante, pois tem dificuldades de caminhar sozinha, porém não tem condições de pagar
36 alguém para realizar esse acompanhamento, gostaria portanto que fosse concedido esse cartão de
37 gratuidade também para o acompanhante. Isabel incluiu que tem baixa visão, e a identificação dos
38 coletivos são muito ruins, as letras falhadas, as plaquinhas colocadas embaixo e com letras muito

pequenas. A convidada Miriã pontuou que os motoristas poderiam verbalizar a linha do coletivo, quando identificassem um passageiro com deficiência visual ou pessoas idosas com dificuldade para realizar a leitura. Tina pontuou o mesmo questionamento da Juliana, dizendo que existem adolescentes e crianças que não têm autonomia para utilizar o coletivo sozinhos, e que nesses casos as famílias que acompanham precisam pagar o transporte. Reclamou-se também que os motoristas estacionam os ônibus longe da plataforma, dificultando o embarque das pessoas idosas e pessoas com deficiência, pois o degrau é bem alto, e também apressam os passageiros quando estão atrasados. Sandra passou a palavra para o Luciano, que cumprimentou a todos, dizendo que esses encontros são importantes para saberem das dificuldades que precisam ser melhoradas, para um bom funcionamento para todos. Ele começou dizendo que a redução de horários dos ônibus nas linhas, após a pandemia, ocorreu devido a redução do número de passageiros. Que no ano de 2019 eram transportadas em média 60 mil pessoas por dia, atualmente nos melhores dias de serviço, são transportadas 35 mil pessoas. O transporte coletivo em Franca é quase todo custeado pelos passageiros pagantes, então como houve uma queda na demanda desses passageiros, com o menor deslocamento dos bairros, para uso dos serviços no centro da cidade, não se pode exigir uma frota maior. Com essa redução de frota, automaticamente acontece a redução de ônibus nas linhas. E com isso, maior tempo de corrida em cada linha. Luciano disse que no período noturno nenhum bairro fica sem atendimento, a partir das 20h00 entram as linhas circulares regionais, onde todos os ônibus chegam e saem juntos do terminal, porém na pandemia houve também uma redução, mas hoje em dia todas as pessoas usuárias do serviço noturno, já estão acostumadas com o serviço das linhas circulares regionais, e caso retirem e voltem para as linhas radiais, haveria reclamação desses usuários. Citou que o ideal, seria Franca dispor de corredores para a circulação dos ônibus, a exemplo de outras cidades, além da gratuidade para todos, sendo que 47% são benefícios com a gratuidade, para as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, estudantes que pagam 50% e os sindicalizados que pagam 70%, dentre outros, razão pela qual o Poder Público deveria priorizar o sistema público de transporte. Aposentados por invalidez tem a gratuidade, embora a Lei seja considerada inconstitucional. É preciso portanto, melhorar a oferta do serviço prestado, com subsídio do Poder Público. Luciano pontuou que na questão de segurança, há câmeras instaladas dentro dos ônibus e no terminal urbano, o que têm evitado muitas intercorrências que havia antes. Orientou que quando houver ocorrências, é importante citar o dia e o horário, para que seja possível trabalhar em cima disso. Foi reclamado que alguns motoristas deixam os passageiros para trás, Luciano disse que os motoristas são muito cobrados nessa questão comportamental, mas as vezes com a correria do dia a dia, ou a falta de conhecimento, acaba por acontecer essas situações, e que devem ser informadas à EMDEF quando ocorrer, pelo telefone 3720-5023, ou também pessoalmente no terminal urbano. Relacionado ao cartão de acompanhante, Luciano disse que é uma questão que se importam e compreendem muito, mas o número de usuários pagantes caiu, gerando

essa deficiência na operação do sistema, quanto menos receita, menos ônibus em operação. E, neste caso essa demanda teria que originar do Poder Executivo. Luciano disse que Franca irá passar por um processo licitatório, para a melhoria do serviço de transporte coletivo urbano, usando como exemplo o transporte da cidade de Ribeirão Preto, que possui ônibus mais confortáveis, com ar condicionado, etc. Dando seguimento, ele concordou com o que foi pontuado pela Isabel, dizendo que realmente há necessidade de melhorias na questão de identificação do letreiro dos ônibus, e que existe um aplicativo chamado Cittamobi, de acessibilidade para as pessoas com deficiência, que orienta os usuários. Miriã questionou que esse aplicativo necessita de internet, e não tem uma rede wi-fi disponível e aberta a todos para que seja possível acessar. Luciano disse que em todos os ônibus têm wi-fi, basta cadastrar o celular, e que no terminal também tinha, mas não soube dizer o motivo que fez a Prefeitura retirar, mas que procuraria saber e traria uma resposta. Informou que todas as gratuidades no transporte coletivo não são dadas pela Prefeitura e nem pela EMDEF, mas sim pelo Poder Legislativo da cidade. Na renovação do contrato em 2019, todas as gratuidades foram julgadas inconstitucionais, pois não se pode indicar gratuidade sem uma fonte de custeio, e foram indicadas as gratuidades, sem indicar essa fonte, por isso não foi criada a gratuidade para os acompanhantes. Em relação à questão do cinto de segurança, para os passageiros, não é uma obrigação, mas para o usuário de cadeira de rodas sim. Miriã pontuou que também falta a barra de segurança nos bancos, o que pode ocasionar quedas. Luciano ficou de verificar pois todos os ônibus passam por vistoria, mas que pode acontecer de quebrar ou perder, ou até mesmo vir sem. Apontou-se questões relacionadas à limpeza, como lixo e poeira, além de vidros abertos e insetos, quando em trânsito em área sem asfalto, requerendo dedetização contra os insetos. Quanto ao elevador, podem acontecer situações que façam com que os fios sejam danificados ao longo do tempo, como passar em lombadas, depressão e acabar tendo um impacto maior no ônibus. Mas que essas situações podem ser repassadas, informando o número do ônibus, que se encontra na parte traseira ou dianteira, e também dia e horário do ocorrido. Luciano passou a palavra para o Sr. Reginaldo Reis, que é o responsável operacional da Empresa São José e ele esclareceu mais algumas dúvidas. Iniciou dizendo que a Empresa São José é uma prestadora de serviços, que a quantidade de ônibus não é escolhida por eles, e que se for solicitado à eles pela Prefeitura, em relação ao aumento na frota, isso ocorrerá normalmente. Disse que o contrato com a Prefeitura é legal, e eles são obrigados a atender as demandas do Poder Público, dos usuários pagantes e dos usuários com direito à gratuidade. Também disse que o Conselho deve sim lutar por algo correto, independente da empresa prestadora de serviços. Informou que estão sem o aumento da tarifa há dois anos, que a tarifa em São Paulo é de R\$9,00 sendo R\$4,00 subsidiado pelo Poder Público. Dispõem de ar condicionado, maior conforto e segurança, mas que tudo isso requer investimento. Citou que a tarifa mais adequada para Franca seria de R\$3,00 para o usuário, e o restante ser subsidiado pelo município. Reis ainda acrescentou que gostaria que o serviço fosse bem melhor, e que estão fazendo o possível

para que seja, que não tenha mais problemas com o elevador, como a rodinha que acontece de travar, e que isso poderia ser evitado com um ônibus mais moderno, com uma proteção nessa parte.

Reginaldo ainda falou sobre a questão dos banheiros do terminal, que é o único banheiro público da área central, e que realizam sempre a limpeza e manutenção, mas pelo fluxo de pessoas que utilizam, as vezes acontece de quebrar torneiras, barras de apoio e até os vasos sanitários. Em seguida ele disse que preza muito pelo bom tratamento dos usuários, e que os motoristas passam por treinamentos, sendo que os recém contratados ficam 15 dias em treinamento, 5 dias em sala de aula e 10 dias com o treinador, para que isso ocorra de forma contínua e certa, e que quando ocorrer algum problema, ele gostaria que fosse resolvido diretamente com a empresa, deixando os telefones para contato direto, sendo (16) 99602-8817, da Ouvidoria da Empresa São José, que também é o Whatsapp para as reclamações; o 3720-5023 para as reclamações, que também podem ser presenciais; o 3706-4900 Setor de fiscalização da Empresa São José, após o horário comercial. A respeito das placas informativas, Reginaldo disse que os ônibus possuem muitos pontos cegos, e que não poderia colocar um tamanho maior em função de segurança, mas poderia trabalhar no tamanho das letras e na quantidade de informações. Após o usuário Anderson questionar que as Vans estão circulando com excedente de usuários, Luciano tomou a palavra e disse que todos os dias são feitas relações dos atendimentos fixos das Vans adaptadas, que das 8 Vans existentes, 4 possuem 3 lugares, 1 com 2 lugares, 2 com 4 lugares e 1 de reserva. Reforçou que com o aumento no número das Vans, aumenta também o custo operacional. Explicou que com a Regulamentação do uso das Vans, só atendem de fato usuários de cadeiras de rodas. Os casos que são provisórios, ocorrem, porém somente até a adaptação do uso dos ônibus. Informou haver uma listagem diária de usuários, com horários e trajetos e que irá verificar o que pode estar acontecendo. Anderson disse solicitar o uso das Vans, às vezes, mas não consegue e portanto se atrasa o início do trabalho. Mariângela pontuou a importância de utilizar os canais de reclamação no dia que acontecer o fato, para que não se acumule tantas informações para as reuniões. Com relação as Vans adaptadas, Sandra trouxe várias questões, como Vans que agendam horários permanentes para buscar na casa do usuário, que as vezes acabam chegando atrasados demais no serviço, e saindo antes do horário, faltando portanto comunicação dos motoristas das Vans e das famílias que não avisam, que em determinado dia o usuário não irá fazer uso da Van. Houveram outras demandas também, relacionadas aos motoristas que correm muito e dos cintos de segurança que são questionáveis. Luciano disse que os horários de pico, com os atendimentos das Vans são entre 7h00 e 7h30 e das 13h00 às 17h00, sendo o transporte para as Escolas, Centro Dia da Pessoa com Deficiência e para o CEI. Informou que urgências acontecem, mas sempre que houver problemas, informar. São orientados pelos motoristas a passarem o cinto por cima e por baixo do braço. Questionamentos surgiram em relação a motoristas que correm muito, e realizam frenagem brusca. Alessandra, presente à reunião, destacou a ameaça de suspensão do atendimento aos usuários, pela falta de um acompanhante. Neste sentido, como

145 alternativa seria haver um monitor em cada Van, no entanto esta opção não consta do contrato, mas
146 que poderia ser proposta no novo processo licitatório. Reis informou que as cadeiras de rodas não
147 são adaptadas para os cintos de segurança, por isso é importante identificar o que está acontecendo e
148 onde está com problema, mas que realizam a vistoria semanal nos cintos das Vans, e, ocorrendo
149 algum problema ele orientou que fosse repassado ao motorista na hora, ou utilizar os meios de
150 reclamação. Miriã pediu a palavra, solicitando uma ajuda do Conselho para uma criança que ela
151 apoia, que tem paralisia cerebral e faz tratamento na APAE, uma vez por semana, e ela não
152 conseguiu transporte escolar para ele, mesmo fazendo todo o procedimento correto, mas não
153 conseguiu que o processo chegasse até a EMDEF, pois além da cadeira de rodas, ele também utiliza
154 andador, porém a Secretaria de Saúde precisa que conste no laudo que ela é usuária de cadeira de
155 rodas, sendo que ele faz uso da cadeira de rodas ocasionalmente. A Conselheira Tina disse que na
156 maioria das vezes, nem mesmo os motoristas particulares querem transportar essas pessoas com
157 deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, quem não faz uso exclusivamente da cadeira de
158 rodas. Luciano destacou a importância do transporte coletivo nesses casos, disse que já houve
159 Audiências com o Promotor Público, para melhoria dos serviços prestados. Pontuou que no processo
160 de normatização, a EMDEF não participa das avaliações físicas e nem dos laudos médicos, então em
161 relação à solicitação de uso de Van adaptada, abre-se um protocolo na Prefeitura com a
162 documentação pessoal e o laudo médico. Essa documentação é encaminhada para a Secretaria de
163 Saúde, de forma online, onde a mesma enviará para a EMDEF, somente aqueles casos que estão
164 aptos a usar o serviço da Van, que conforme a normativa, é exclusiva para as Pessoas com
165 Deficiência, usuárias de cadeira de rodas. Luciano orientou que no laudo médico deverá constar se o
166 usuário precisa ou não de acompanhante. Na questão pontuada pela Miriã, a Presidente Sandra disse
167 que o Conselho poderá ajudar averiguando o que está ocorrendo, mas não tem prerrogativa de fazer
168 algum tipo de encaminhamento, cabendo isso somente a Secretaria de Saúde. Como
169 encaminhamento deliberou-se pelo que segue: 1 - Todos os envolvidos (usuários, colaboradores,
170 etc) devem necessariamente conhecer a Instrução Normativa nº. 01/2021; 2 - A Secretaria Executiva
171 do CMPCD enviará a mesma às OSCs de atendimento às PcD, e estas deverão compartilhar com os
172 usuários do serviço; 3 - O CMPCD constituirá um Grupo de Estudos para avaliar o conteúdo da
173 Instrução Normativa nº.01/2021, atualizando e adequando no que couber; 4 - O CMPCD deverá
174 participar das Audiências Públicas, para apresentar as demandas das PcD. 5 - O CMPCD deverá
175 encaminhar Ofício à EMDEF, em relação às Vans para a Expoagro 2024. 6 - O CMPCD deverá
176 encaminhar Ofício à Empresa São José, informando sobre o Treinamento de Atendimento ao
177 Cliente, ser de responsabilidade da Empresa São José e não das OSCs. 7 - A EMDEF e a Empresa
178 São José deverão rever os casos pontuais. **2.2. Treinamento anual realizado pela Empresa São**
179 **José, aos colaboradores, em parceria com as OSCs de Atendimento às Pessoas com**
180 **Deficiência;** A Presidente Sandra disse que o correto seria a Empresa São José proporcionar esse

181 treinamento aos seus colaboradores, embora exista esse treinamento focado nos clientes em geral,
182 mas a proposta é de uma capacitação específica focada nas PcD. Citou que foi deliberado em
183 Reuniões Ordinárias do CMPCD, que não é obrigação das Entidades oferecer essa capacitação.
184 Mariângela sugeriu que a Empresa São José deveria contratar uma empresa, terceirizada, para
185 realizar esses treinamentos, diversas vezes ao ano, em função inclusive, da rotatividade dos
186 colaboradores da Empresa. Ofício será encaminhado pelo CMPCD, à Empresa São José e à EMDEF
187 com esta deliberação. **2.3. Solicitação de ampliação dos horários de funcionamento das Vans**
188 **Adaptadas no período da EXPOAGRO 2024, bem como o funcionamento em relação a**
189 **reserva e o agendamento;** A Presidente Sandra disse que no período da Expoagro, as solicitações
190 para o uso da Vans adaptadas aumentam muito. Luciano informou que o serviço prestado é das 5h00
191 da manhã até às 24h00, então o horário de volta, entre 2h00 e 3h00 da manhã, está fora do contrato.
192 Ele sugeriu que o Conselho faça um ofício para a EMDEF, para ser avaliado juntamente com a
193 Empresa São José. Sugeriu também que o próprio usuário confirme que irá fazer o uso da Van.
194 Sandra questionou sobre a possibilidade dos ônibus circularem neste período também, já que 100%
195 dos ônibus são adaptados, e o Luciano disse que irá acontecer uma reunião com a Empresa São José,
196 para definir esse funcionamento dos ônibus para o Parque Fernando Costa, pois nas últimas edições,
197 a demanda foi muito baixa e não justificou. Luciano disse que será aberto um novo processo de
198 licitação em 2024/2025 para buscar a melhoria do serviço, pois em 2023, o Tribunal de Contas
199 julgou o contrato da Prefeitura com a Empresa São José irregular. A Presidente Sandra sugeriu que
200 todos os presentes conheçam a Instrução Normativa nº. 01/2021 para entenderem o que é garantido
201 hoje, o que precisa ser melhorado na próxima licitação, e o que o usuário não pode perder numa
202 próxima licitação. **2.4. Lei nº. 9.474 de 28/12/2023, que dispõe sobre as gratuidades no**
203 **Transporte Público;** Ficou para ser analisado quem tem direito as gratuidades, em reunião futura.
204 Sem mais para o momento e agradecendo a presença de todos, a Presidente do Conselho Sandra
205 Cristina Calandria Pedigone encerrou a presente reunião, a ata foi lavrada pela estagiária Ariane
206 Dornelas, revisada pela Secretária Executiva Mariângela Finotti Ribeiro Mendes e segue assinada
207 pela Presidente Sandra Cristina Calandria Pedigone.....Franca, 16 de
208 outubro de 2024.